



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **VIOLA MIX MÓVEIS – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.953.803/0001-08, estabelecida na Rua Francisco Escorsin, 1256, Centro, Francisco Alves – PR., neste ato representado por sua proprietária administradora Sra. **Emanuele Aparecida Alves da Cruz**, Brasileira, Solteira, Empresária, portadora do RG nº 13.914.429-5 SSP/PR e CPF nº 109.539.759-16, residente e domiciliada na Rua Francisco Escorsin, 1264, Centro, Francisco Alves - PR, com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
01	02	Unid.	Balcão para cozinha em aço, branco, de 1,60 metros, com três (03) portas - com dobradiças metálicas, e quatro (04) gavetas - com corrediças metálicas e sistema de trava anti-queda. Pintura eletrostática a pó. Puxadores em acrílico, PVC ou alumínio. Dimensões: 85 a 90 cm de altura; Profundidade de 50 cm aproximadamente; Largura 160 cm. Garantia mínima de 3 meses.	TELASUL STAR	R\$ 1.149,00	R\$ 2.298,00
08	01	Unid.	Mesa para cozinha. Estrutura tubular de aço, com pintura eletrostática a pó. Cor escura (preferencialmente). Ponteiras de proteção nos pés. Tampo de granito ou mármore (escuro) de alta resistência com espessura mínima de 15 mm. Dimensões (aproximadas): 140 cm de largura x 75 cm de profundidade.	PRÓPRIA	R\$ 800,00	R\$ 800,00
25	01	Unid.	Banqueta giratória com encosto e regulagem de altura. Base e estrutura em aço cromado super resistente com capacidade para suporta até 150 kg. Encosto e acento constituídos de espuma trazendo muito conforto ao usuário e revestidos em couro na cor preta. Regulagem de altura através de um pistão a gás. Suporte para os pés	BEST PU	R\$ 450,00	R\$ 450,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			cromado. Garantia contra defeitos de fábrica de 03 meses. Dimensões aproximadas: 48 cm de largura x 52 cm de profundidade. Variação de altura entre 81 cm até 106 cm aproximadamente.			
26	12	Unid.	Mesa para escritório com gavetas. Produzida em MDF 15 mm, tampo com bordas revestidas em fita de PVC com cantos arredondados, pés em aço com pintura eletrostática a pó, de alta qualidade e durabilidade. Possuir duas gavetas com chave única. Dimensões aproximadas da mesa: altura 74 cm x profundidade 60 cm x largura 1,50 cm. Cor cinza.	PRÓPRIA	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
31	01	Unid.	Depurado de parede com máscara captadora de ar. Feito em aço inoxidável de fácil higienização. Possuir controle por botões que permite selecionar a velocidade desejada (03 velocidades). Luz de LED que indica o modo de funcionamento. Filtro metálico lavável para absorver a gordura. Possuir máscara captadora de ar para eliminar a fumaça. Dimensões aproximadas: 80 cm largura x 45 cm profundidade x 10 cm altura. Voltagem 220 V. Deve acompanhar todos os itens necessários para a instalação (fixação na parede). Garantia de 12 meses.	ELECTROLUX D80D	R\$ 645,00	R\$ 645,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 8.393,00 (oito mil e trezentos e noventa e três reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM.84050209934
Date: 2022.07.07
08:28:48 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

EMANUELE
APARECIDA ALVES
DA
CRUZ:1095397591
6

Assinado de forma
digital por EMANUELE
APARECIDA ALVES DA
CRUZ:10953975916
Dados: 2022.07.07
13:57:50 -03'00'

VIOLA MIX MÓVEIS – EIRELI
(Emanuele Aparecida Alves da Cruz)
Contratado



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: VIOLA MIX MÓVEIS – EIRELI.

VALOR: R\$ 8.393,00 (oito mil e trezentos e noventa e três reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.



NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nelton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **S. DO LAGO SILVA – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.269.422/0001-55 estabelecida na Avenida Manoel Mendes de Camargo, 1071, Centro, Campo Mourão – PR., neste ato representado por sua Administradora Sra. **Solange do Lago Silva**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 14366376 SSP/SP e CPF nº 048.736.468-63, residente e domiciliado na Rua Prefeito Devete de Paula Xavier, 1348, Centro, Campo Mourão – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
02	02	Unid.	Pia de inox, forro em concreto. Dimensões que encaixem no balcão - 1,60 de largura x 53 cm de profundidade (aproximadamente). Acabamento pré - polido. Cuba central com profundidade aproximada de 13 cm com válvula que retém resíduos e facilita o escoamento da água.	PIANOX	R\$ 470,00	R\$ 940,00
10	21	Unid.	Arquivo de aço carbono com chave, chapa 26, pintura eletrostática a pó, com tratamento anti-ferrugem. Possuir 04 gavetas para pastas suspensas com rolamento e puxadores. Suportar até 15 kg por gaveta. Dimensões aproximadas: 133 cm de altura x 47 cm de largura x 55 cm de profundidade. Cor cinza.	PANDIN	R\$ 700,00	R\$ 14.700,00
14	35	Unid.	Cadeira Giratória para escritório com braços. Fabricada em aço, revestimento em couro sintético ou tecido impermeável de fácil higienização. Encosto com regulação de altura que proporcione conforto e ergonomia. Assento anatômico confeccionado em espuma injetada de alta densidade (45 a 55 kgf/m³). Apoio de braços reguláveis em altura com dimensões que atendem as normas nacionais NBR da ABNT. Possuir mecanismo (alavanca)	QUALITÁ	R\$ 350,00	R\$ 12.250,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			prático para ajuste de altura do acento e inclinação do encosto. Possuir 05 rodízios. Deve suportar até 120 kg. Cor preta. 6 meses de garantia.			
16	12	Unid.	Cadeira Longarina 4 lugares com base fixa. Base fixa em formato de "Y" com 04 sapatas. Encosto e acento anatômicos com estrutura em aço perfurado. Braço em aço cromado em formato anatômico. Capacidade para suportar até 150 kg por acento. Cor cinza. Garantia de 06 meses.	HOSANAH	R\$ 1.650,00	R\$ 19.800,00
29	16	Unid.	Cadeira para sala de reunião. Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática a pó. Quatro pés com pontelras. Acento e encosto em formato anatômico, feitos de madeira com espuma injetada com densidade aproximada de 50kg/m ³ e revestimento em tecido polipropileno. Dimensões aproximadas: acento: 43 cm largura x 40 cm de profundidade, altura 80 cm. Cor preta. Suportar até 120 kg. Garantia de 06 meses.	QUALITÁ	R\$ 135,00	R\$ 2.160,00
30	03	Unid.	Armário multiuso em MDF. Confeccionado em madeira MDF de 15 mm ou superior. Possuir 02 portas com chave única ou chaves individuais. Puxadores em PVC. Possuir 03 prateleiras mais a base. Dobradiças metálicas. Dimensões aproximadas: 165 cm de altura, 82 cm de largura, 42 cm de profundidade. Cor cinza. 03 meses de garantia.	VIANFLEX	R\$ 570,00	R\$ 1.710,00
32	03	Unid.	Mesa de escritório em "L" com gavetas. Fabricada em MDF de 15 mm ou superior com cantos arredondados e acabamento melaninico. Base em aço com pintura eletrostática a pó, com pés em formato canoa e sapatas niveladoras. Possuir 02 gavetas com chave. Dimensões aproximadas: 74 cm de altura. Lados: 150 x 150 cm.	VIANFLEX	R\$ 620,00	R\$ 1.860,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			Profundidade: 60 cm. Cor cinza. 12 meses de garantia.			
--	--	--	---	--	--	--

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arboleza**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- b) **"Prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **"Prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:31:16 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

SOLANGE DO LAGO
SILVA:04873646863

Assinado de forma digital por SOLANGE DO LAGO
SILVA:04873646863
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=20085105000108,
ou=presencial, cn=SOLANGE DO LAGO SILVA:04873646863
Dados: 2022.07.07 11:32:00 -03'00'

S. DO LAGO SILVA – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP
(Solange do Lago Silva)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: S. DO LAGO SILVA – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI – EPP.

VALOR: R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **GEFERSON JUNIOR WOGNEI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.481.107/0001-48, estabelecida na Avenida João Ferreira Neves, 3037, Sala 01, Centro, Campina do Simão – PR., neste ato representado por seu proprietário Sr. **Geferson Junior Wognei**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 8.171.079-1 SSP/PR e CPF nº 041.420.939-75, residente e domiciliado na Rua Santos Vicentim, s/n, Centro, Campina do Simão – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
04	02	Unid.	Armário para cozinha em aço. Ideal para guardar louças e utensílios da cozinha. Feito em aço com pintura eletrostática a pó branca. Mínimo de 05 portas com dobradiças metálicas. Mínimo de 03 gavetas (com corrediças metálicas e trava anti-queda). 03 portas na parte superior podendo ter vidro ou não. As demais portas e gavetas na parte inferior. Puxadores em plástico, acrílico ou metal. Pés fixos. Tampo em MDF com revestimento na cor granito ou laminado (escuro). Opcional: prateleira ou nexo. Dimensões aproximadas: 195 cm de altura x 120 cm de largura x 45 cm de profundidade.	BERTOLINI	R\$ 1.245,00	R\$ 2.490,00
27	03	Unid.	Carrinho funcional para limpeza profissional. Deve transportar com facilidade e praticidade todos os equipamentos e acessórios necessários para a limpeza do dia-a-dia. Possuir eixo em aço carbono e produzido em plástico polipropileno de alta qualidade. Possuir 04 (quatro) rodízios, sendo os dois trazeiros fixos e os dois frontais giratórios. Possuir abertura para encaixe dos acessórios (vassoura, rodo, placa).	BRALIMPIA	R\$ 875,00	R\$ 2.625,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			Possuir Plataforma para acondicionar o balde; Possuir local próprio para acondicionar produtos de limpeza, panos e outros acessórios; Possuir 01 (um) saco de lona ou vinil reutilizável e removível com local próprio para ser fixado; Possuir apoio de mãos para empurrar (transportar) o carrinho com facilidade; 03 meses de garantia;			
--	--	--	--	--	--	--

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto - Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras - PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 5.115,00 (cinco mil e cento e quinze reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAÚDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Do prazo, duração, condições e local de entrega
O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício



Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"Prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"Prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **"Prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed
by NELTON
BRUM:84050209
934
Date: 2022.07.07
08:33:04 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

GEFERSON JUNIOR WOGNEI

Assinado de forma digital por GEFERSON
JUNIOR WOGNEI
Dados: 2022.07.14 11:32:57 -03'00'

GEFERSON JUNIOR WOGNEI
(Geferson Junior Wognei)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: GEFERSON JUNIOR WOGNEI.

VALOR: R\$ 5.115,00 (cinco mil e cento e quinze reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 14 de Julho de 2022.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **JEAN C. V. FERREIRA & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.533.577/0001-70, estabelecida na Rua Carlos Emilio Alexandre Schwartz, 75, Itinga, Joinville – SC., neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Jean Carlos Venturino Ferreira**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 64284770 e CPF nº 017.059.089-50, residente e domiciliado na Rua Massao Kamiama, 251, Jardim Paraíso, Bandeirantes – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
05	02	Unid.	Freezer horizontal de 02 portas. Capacidade mínima de 500 litros. Possuir controle de temperatura. Possuir dreno para facilitar a higienização. Possuir rodízios para facilitar a movimentação. Cor branca. Voltagem: 110 V. Possuir manual de instruções. Selo Procel classificação A. Registro no INMETRO. 12 meses de garantia.	CONSUL CH B53	R\$ 3.570,00	R\$ 7.140,00
06	02	Unid.	Liquidificador (com filtro). Potência mínima: 900 W. Voltagem: 110 V. Possuir mínimo 3 velocidades mais opção pulsar. Copo de acrílico transparente com capacidade de 2,5 litros (ou mais), com indicação de milimetragem. Lâminas em inox integradas ao copo. Encaixe do copo com trava de segurança. Tampa com bordas emborrachadas ou outro sistema para evitar vazamentos e com dosador. Base com antiderrapante e porta fio. Cor preta. Garantia de 12 meses.	MONDIAL L900	R\$ 159,00	R\$ 318,00
13	01	Unid.	Purificador de água. Alimentação 110 V ou bivolt automático. Possuir no mínimo 02 níveis de temperatura da água - natural e	LATINA PA335	R\$ 610,00	R\$ 610,00

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

JEAN CARLOS VENTURINO FERREIRA:017
Assinado de forma digital por JEAN CARLOS VENTURINO FERREIRA:0170590895
Dados: 2022.07.08



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			gelada. Ligado diretamente à rede de água. Pode ser acondicionado em bancada (com pés antiaderentes) ou fixado em parede. Bandeja de água removível para facilitar a higienização. Filtro de troca fácil e com indicação de vida útil. 12 meses de garantia. Certificado no INMETRO. Possuir manual do usuário.			
19	18	Unid.	Ar Condicionado Split. Capacidade: 12.000 BTU's.. Função: frio. Silencioso e de baixo consumo de energia. Cor Branca. Possuir controle remoto com as seguintes funções: função Timer; em que você pode programar horário para o aparelho desligar, função turbo: ajuste de intensidade da ventilação, função swing: possibilita controlar o direcionamento da ventilação ou ainda permitir que as aletas fiquem em movimento. Voltagem: 220 V. Restart automático: quando há queda de luz o aparelho volta à rotina assim que a energia for restabelecida. Possuir selo Procel (Eficiência Energética). Garantia de 12 meses.	AGRATTO ECST12F	R\$ 1.800,00	R\$ 32.400,00
20	02	Unid.	Ar Condicionado Split. Capacidade: 18.000 BTU's.. Função: frio. Silencioso e de baixo consumo de energia. Cor Branca. Possuir controle remoto com as seguintes funções: função Timer; em que você pode programar horário para o aparelho desligar, função turbo: ajuste de intensidade da ventilação, função swing: possibilita controlar o direcionamento da ventilação ou ainda permitir que as aletas fiquem em movimento. Voltagem: 220 V. Restart automático: quando há queda de luz o aparelho volta à rotina assim que a energia for restabelecida. Possuir selo Procel (Eficiência Energética).	AGRATTO ECS18F	R\$ 2.650,00	R\$ 5.300,00

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			Energética). Garantia de 12 meses.			
22	03	Unid.	Climatizador de 100 litros. Possuir reservatório para 100 litros de água, podendo ser ligado diretamente à rede de água para abastecimento automático. Sistema de Proteção da bomba, onde desliga automaticamente a bomba de água em caso de falta de água no reservatório. Possuir 04 rodas para facilitar a locomoção do equipamento. Possuir 03 velocidades de ventilação. Através de hélices internas. Possuir oscilação vertical e horizontal. Sistema evaporativo tipo colméia: onde o ar é sugado por um ventilador interno e passa por um painel onde o ar é resfriado, umidificado e filtrado. Potência mínima: 200 Watts. Voltagem: 110 V ou Bivolt automático. Possuir certificação no INMETRO. 12 meses de garantia.	VENTISOL CLI PRO 100L	R\$ 1.780,00	R\$ 5.340,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 51.108,00 (cinquenta e um mil e cento e oito reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Rua Marechal Castelo Branco, 979 - Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 - São José das

JEAN CARLOS VENTURINO FERREIRA:01705908950
Assinado de forma digital por JEAN CARLOS VENTURINO FERREIRA:01705908950
Data: 2022.07.05



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

JEAN CARLOS VENTURINO
FERREIRA:017
05908950

Assinado de forma
digital por JEAN
CARLOS VENTURINO
FERREIRA:017059089
50
Dados: 2022.07.08
08:02:05 -04'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:8405
0209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:34:02 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

JEAN CARLOS
VENTURINO
FERREIRA:0170
5908950

Assinado de forma
digital por JEAN
CARLOS VENTURINO
FERREIRA:01705908950
Data: 2022.07.08
08:02:37 -03'00'

JEAN C. V. FERREIRA & CIA LTDA
(Jean Carlos Venturino Ferreira)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: JEAN C. V. FERREIRA & CIA LTDA.

VALOR: R\$ 51.108,00 (cinquenta e um mil e cento e oito reais)

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 08 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



17-04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.832.381/0001-97, estabelecida na Rua Frederico Willig, 255, Bairro Industrial, Três de Maio – RS., neste ato representado por sua sócia administradora Sra. **Normélia Lottermann**, brasileira, solteira, comerciante, portadora do RG nº 90.097.402-51 SSP/RS e CPF nº 283.655.340-53, residente e domiciliada na Rua Farrapos, 1186, Centro, Três de Maio – RS., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
07	12	Unid.	Mesa para refeitório com 02 bancos de 04 lugares cada. Estruturas da mesa e bancos em tubos de aço com pintura eletrostática a pó, com tratamento anti-ferrugem e anti-corrosão. Cor: preta, branca ou cinza. Ponteiros nos pés. Material do tampo da mesa e bancos em MDF 15 mm ou superior (2cm de espessura), revestidos em laminado fórmica na cor branca e bordas em PVC. Cantos arredondados. Medidas (aproximadas) do tampo da mesa: 2 m comprimento x 80 cm largura x 73 cm de altura. Medidas (aproximadas) dos bancos: 2 m de comprimento x 30 cm largura x 46 cm de altura.	REIFLEX RXR1	R\$ 1.140,00	R\$ 13.680,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 13.680,00 (treze mil e seiscentos e oitenta reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:8405
0209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM.84050209934
Date: 2022.07.07
08:34:56 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



NORMELIA
LOTTERMANN:28365
534053

Assinado de forma digital por
NORMELIA
LOTTERMANN:28365534053
Dados: 2022.07.07 11:36:20 -03'00'

ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
(Normélia Lottermann)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.



OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.

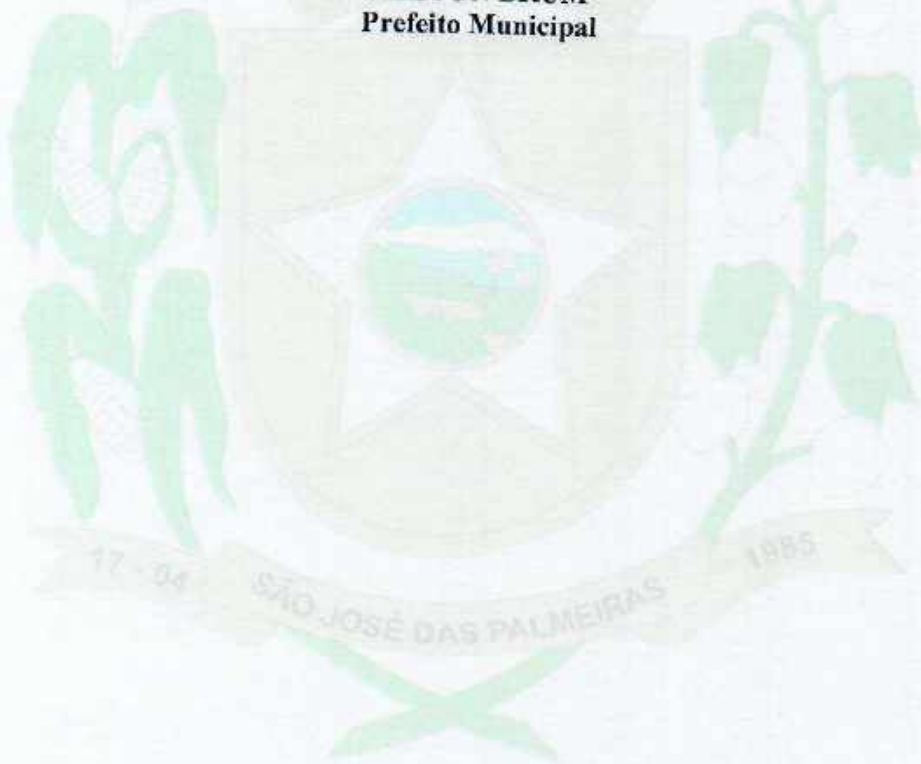
VALOR: R\$ 13.680,00 (treze mil e seiscentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.



NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **REISPEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.199.488/0001-78, estabelecida na Rua Goiás, 2787, Sala 03, Jardim Colégio de Passos, Passos – MG., neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Lucas Antônio Franklin Reis**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 11175283 SSP/MG e CPF nº 053.754.776-29, residente e domiciliado na Rua Aristeu Inácio Andrade Rosa, 115, Distrito Aclimação, Passos – MG., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
09	22	Unid.	Armário de aço carbono, chapa 26, pintura eletrostática a pó, com tratamento anti-ferrugem. Possuir 02 portas de abrir com chave e puxador. Mínimo de 04 prateleiras mais a base. Dimensões (aproximadas): altura 198 cm x largura 90 cm x profundidade 40 cm. Cor cinza.	RS MÓVEIS 2 PORTAS	R\$ 930,00	R\$ 20.460,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 20.460,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) da seguinte forma:

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

LUCAS ANTONIO
FRANKLIN
REIS:05375477629

Assinado de forma digital por
LUCAS ANTONIO FRANKLIN
REIS:05375477629
Data: 2022.07.27 11:28:25 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

LUCAS ANTONIO
FRANKLIN
REIS:05375477629

Assinado de forma digital
por LUCAS ANTONIO
FRANKLIN REIS:05375477629
Dados: 2022.07.07 11:21:24
-03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleza**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:36:55 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

LUCAS ANTONIO
FRANKLIN
REIS:0537547762
9

Assinado de forma digital
por LUCAS ANTONIO
FRANKLIN
REIS:05375477629
Data: 2022.07.07
11:22:08 -03'00'

REISPEL LTDA
(Lucas Antônio Franklin Reis)
Contratado



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: REISPEL LTDA.

VALOR: R\$ 20.460,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

17-04 SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS 1985



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **AC MASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.615.312/0001-91, estabelecida na Rua Francisco Basso, nº 029, Jardim Gisela, Toledo – PR., neste ato representado por sua sócia administradora Sra. **Ana Caroline Teixeira**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 10.251.905-1 SSP/PR e CPF nº 080.361.839-51, residente e domiciliada na Rua Américo Schio, 1198, Jardim Coopagro, Toledo – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
11	03	Unid.	Armário de aço, tipo vestiário ou guarda-volume. Produzido em aço carbono, chapa 26. Pintura eletrostática a pó com tratamento anti-ferrugem. Possuir 20 portas com veneziana para ventilação. Compartimentos sem divisórias internas. Fechamento das portas através de trincos para cadeados. Possuir pés. Dimensões aproximadas: 196 cm altura x 126 cm largura x 42 cm profundidade. Cor cinza.	LUNASA RL20006	R\$ 1.695,00	R\$ 5.085,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 5.085,00 (cinco mil e oitenta e cinco reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

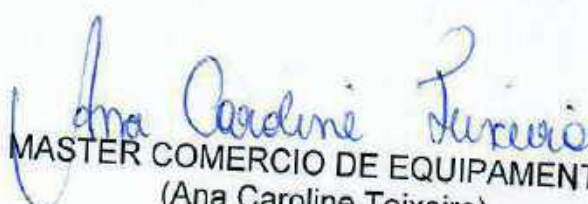
Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

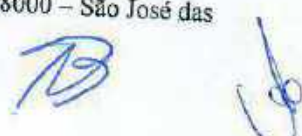
E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:84050
209934
Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:37:36 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante


AC MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI
(Ana Caroline Teixeira)
Contratado





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras - PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: AC MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI.

VALOR: R\$ 5.085,00 (cinco mil e oitenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

17 - 84

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2022 - SRP

PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **COMERCIAL EVERLING LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.969.537/0001-34, estabelecida na Rua João Paulo I, 284, Bairro Loteamento Birck, Missal – PR., neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Willian Dahmer Everling**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 12.535.018-6 SSP/PR e CPF nº 090.782.149-96, residente e domiciliado na Rua João Paulo I, 284, Bairro Loteamento Birck, Missal – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
12	01	Unid.	<p>Lavadora de alta pressão. Motor por indução. Potência: 2200 W ou superior. Indicado para limpar sujeiras pesadas e profundas em grandes áreas com agilidade e rapidez. Vazão de até 500L/h. Voltagem 220 V. Certificado no INMETRO. 12 meses de garantia. Fácil de transportar com rodas e puxador. Comprimento do cabo elétrico de 5 metros ou mais. Mangueira de alta pressão com 7,5 metros. Itens inclusos: 01 pistola de alta pressão, 01 bico leque, 01 lança com conexão rápida para bicos, 01 manual do usuário.</p>	WAP	R\$ 2.190,00	R\$ 2.190,00

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	WAP	1	R\$ 2.190,00	R\$ 2.190,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:8405
0209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:38:33 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



WILLIAN DAHMER Assinado de forma digital
por WILLIAN DAHMER
EVERLING:090782 EVERLING:09078214996
14996 Dados: 2022.07.07
21:27:47 -03'00'

COMERCIAL EVERLING LTDA – ME
(Willian Dahmer Everling)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: COMERCIAL EVERLING LTDA – ME.

VALOR: R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **G. DIAS DEPIZOLI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.326.642/0001-98, estabelecida na Rua Antônio Fernando Queiroz Pereira, 729, Sala 02, Bairro Nações, Siqueira Campos – PR., neste ato representado por seu proprietário administrador Sr. **Gabriel Dias Depizoli**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 083.832.459-20, residente e domiciliado na Rua Joaquim Zanini, 80, Apto 04, Centro, Quatiguá – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
15	21	Unid.	Cadeira para escritório Presidente. Super estilosa e muito mais confortável. Possuir sistema relax: mecanismo que permite reclinar o encosto e o assento da cadeira ao mesmo tempo (até 102°) com travamento e ajuste de tensão. Braços e base cromados. Assento composto por molas ensacadas garantindo um formato anatômico proporcionando conforto e bem-estar ao usuário. Ajuste de altura da cadeira por meio de pistão a gás. Rodízios feitos de polipropileno de alta qualidade anti-risco. 05 rodízios. Revestimento em couro sintético de fácil higienização. Suportar até 120kg. Garantia de 06 meses. Cor preta.	PRÓPRIA PRERXBRB	R\$ 999,00	R\$ 20.979,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 20.979,00 (vinte mil e novecentos e setenta e nove reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:8405
0209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:39:14 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



GABRIEL DIAS
DEPIZOLI:083832459
20

Assinado digitalmente por GABRIEL DIAS
DEPIZOLI:08383245920
NO: C=BR, O=MCP-Brasile, OU=000001012650621, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPP A1, OU=CA SEBRAE-MPEL, OU=1886136700729, OU=SEBRAE-MPEL, CN=GABRIEL DIAS DEPIZOLI:08383245920
Resolução: Emissão e validação de documento
Localização:
Data: 2022/07/07 11:20:43-02'02"
PDF PDF Reader Versão: 12.0.0

G. DIAS DEPIZOLI INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA
(Gabriel Dias Depizoli)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: G. DIAS DEPIZOLI INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA.

VALOR: R\$ 20.979,00 (vinte mil e novecentos e setenta e nove reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.859.616/0001-71, estabelecida na Avenida Adalberto Simão Nader, 1631, Bairro República, Vitória - ES., neste ato representado por sua sócia administradora Sra. **Fernanda Aparecida Vieira Fritzen**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 6.527.722 SSP/SC e CPF nº 091.192.159-16, residente e domiciliada na Rua Dr. Blumenau, 6600, Bairro Encano Baixo, Indaial - SC., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
17	03	Unid.	Bebedouro. Tipo industrial (coluna), em aço inox polido com capacidade de 25 litros com 02 torneiras. Reservatório confeccionado em polipropileno atóxico com isolamento térmico e bóia para controlar o nível da água. Ligado diretamente à rede de água. Possuir aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. Tensão 110 V. Certificação no INMETRO. Possuir Manual de instalação.	FRISBEL COLUNA 25L	R\$ 1.599,99	R\$ 4.799,97
18	01	Unid.	Bebedouro. Tipo industrial (coluna), em aço inox polido com capacidade de 100 litros (ou mais) com 03 torneiras. Reservatório confeccionado em polipropileno atóxico com isolamento térmico e bóia para controlar o nível da água. Ligado diretamente à rede de água. Possuir aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. Tensão 110 V. Certificação no INMETRO. Possuir Manual de instalação.	FRISBEL COLUNA 100L	R\$ 2.319,99	R\$ 2.319,99

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais**

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ERNANDA
PARECID
VIEIRA
RITZEN:09
19215916

assinado de forma
digital por
ERNANDA
VIEIRA
RITZEN:09119215
6
dos: 2022.07.08
5:23:31 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



permanentes (mobílias, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 7.119,96 (sete mil, cento e dezenove reais e noventa e seis centavos)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa

ERNANDA
PARECID
VIEIRA
RITZEN:09
19215916

assinado de forma
digital por FERNANDA
PARECID VIEIRA
RITZEN:09119215916
Data: 2022.07.08
15:41 -03'00'

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

ERNANDA
PARECIDA
IEIRA
RITZEN:09
19215916

assinado de forma
digital por
ERNANDA
PARECIDA VIEIRA
RITZEN:09119215

08/08/2022 07:08

Rua Marechal Castelo Branco, 979 - Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 - São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de

ERNANDA
PARECIDA
EIRA
RITZEN:091
9215916

inado de forma
ital por
NANDA
PARECIDA VIEIRA
TZEN:091192159

los: 2022.07.08

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

ERNANDA
PARECIDA
EIRA
RITZEN:091
9215916

inado de forma
ital por
RNANDA
PARECIDA VIEIRA
TZEN:0911921591

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

ERNANDA
APARECIDA
VIEIRA
RITZEN:09
19215916

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

assinado de forma
digital por
ERNANDA
APARECIDA VIEIRA
RITZEN:09119215
6
dados: 2022.07.08
15:23 -03'00'

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:39:47 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

FERNANDA APARECIDA
VIEIRA FRITZEN:09119215916

Assinado de forma digital por
FERNANDA APARECIDA VIEIRA
FRITZEN:09119215916
Dados: 2022.07.08 11:53:32 -03'00'

MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI
(Fernanda Aparecida Vieira Fritzen)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

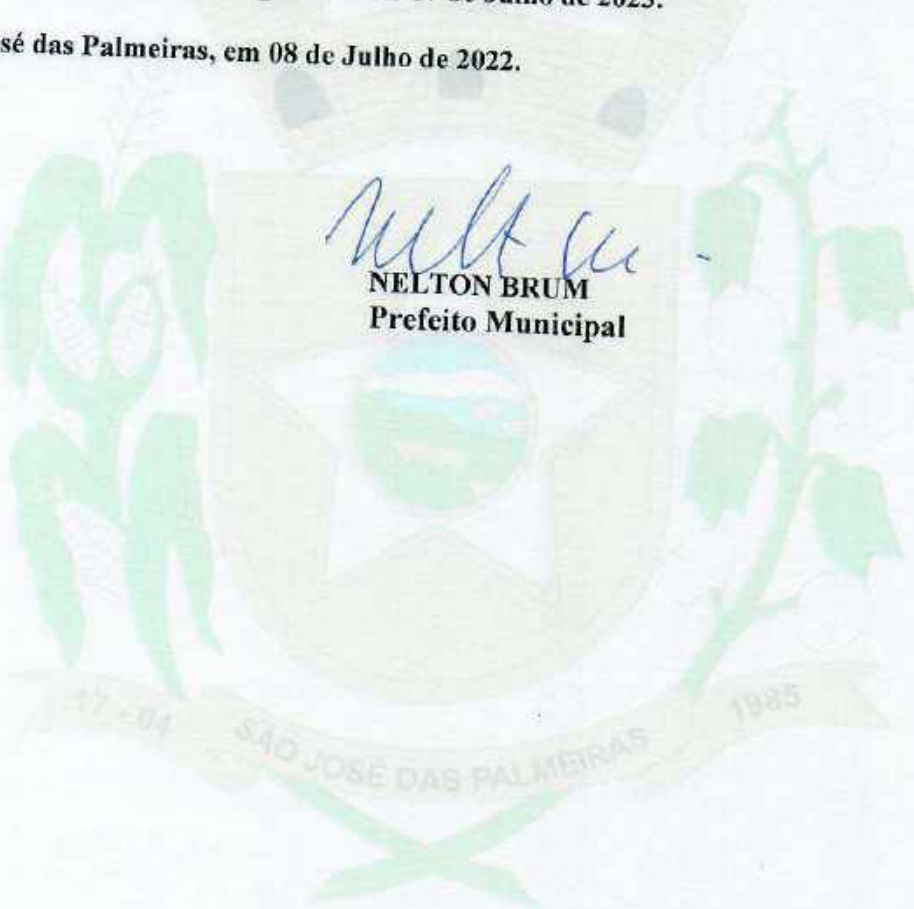
CONTRATADO: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI.

VALOR: R\$ 7.119,96 (sete mil, cento e dezenove reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 08 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **MUNZER COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.625.405/0001-08, estabelecida na Rua Pedro Boti, nº 48, Pavimento 01, Bairro Consolação, Vitória – ES., neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Akram Munzer Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1.966.530 SSP/ES e CPF nº 103.630.637-22, residente e domiciliado na Rua Antônio Ataíde, 231, Centro de Vila Velha, Vila Velha – ES., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
21	05	Unid.	Climatizador evaporativo com pedestal. Potência mínima: 200 watts. Voltagem: 220 V. Possuir reservatório no pedestal com capacidade mínima de 80 litros de água. Cabo de energia incluso. Base com rodízios. Cor preta. 12 meses de garantia.	JOAPE COPACABANA	R\$ 4.100,00	R\$ 20.500,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)**. As faturas deverão



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:8405020993
Date: 2022.07.07
08:40:23 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

AKRAM
MUNZER
FILHO:
10363063722

Digitally signed by
AKRAM MUNZER
FILHO: 10363063722
Date: 2022-07-07
16:43:04

MUNZER COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
(Akram Munzer Filho)
Contratado



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: MUNZER COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

VALOR: R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **PREGWEB LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.114.845/0001-64, estabelecida na Avenida Bela Aliança, nº 477, Sala 01, Bairro Jardim América, Rio do Sul – SC., neste ato representado por sua sócia proprietária Sra. **Barbara Neumann**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 4234969 SSP/SC e CPF nº 067.419.739-90, residente e domiciliada na Rua Marclio Dias, 40, Apto 603, Jardim América, Rio do Sul – SC., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
23	04	Unid.	Caixa de som amplificada com Bluetooth, USB e rádio FM, 200 Watts. Bateria interna recarregável com capacidade de até 2 horas no volume máximo. Possuir luzes de LED decorativos. Possuir entrada para amplificar o som de microfone e guitarra. Possuir alça para facilitar no transporte. Possuir sistema wireless que possibilita conectar até duas caixas do mesmo modelo sem utilização de fios. Possuir controle remoto. Voltagem: Bivolt. Garantia de 12 meses. Conteúdo da embalagem: 01 caixa de som, 01 cabo de energia, 01 controle remoto e 01 manual de instruções.	FRAHM CM200	R\$ 407,00	R\$ 1.628,00

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 1.628,00 (um mil e seiscentos e vinte e oito reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidades123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela Sra. **Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:42:14 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



BARBARA
NEUMANN:06
741973990

Assinado de forma digital
por BARBARA
NEUMANN:06741973990
Dados: 2022.07.07
13:05:46 -03'00'

PREGWEB LTDA
(Barbara Neumann)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: PREGWEB LTDA.

VALOR: R\$ 1.628,00 (um mil e seiscentos e vinte e oito reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.



NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **CONNECTGOV LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 38.047.263/0001-29, estabelecida na Rua Dona Francisca, 8300, Bloco 01, Módulo B Box Rio Branco, Condomínio Perini Business Park, Zona Industrial Norte, Joinville – SC., neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Antônio Augusto Neto**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 15.498.774-6 SESP/PR e CPF nº 312.995.631.04, residente e domiciliado na Rua Basílio Zanusso, nº 16, Jardim Santa Luzia, Paçandu – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
24	02	Unid.	<p>Kit de microfones (tipo bastão) profissional sem fio vhf com receptor.</p> <p>Os microfones devem possuir canais individuais, os dois podem ser usados ao mesmo tempo sem interferência entre si, com controle de volume individual. Alcance de até 30 metros em ambientes livres de obstáculos e até 20 metros em sistema duplo. Alimentação através de pilhas AA, ou bateria 9V.</p> <p>Receptor de banda alta super sensível, com chave para cancelar o circuito e antenas duplas embutidas. Sistema de recepção por frequência fixa, conexão FM. Alimentação bivolt. Alta qualidade do som.</p> <p>Kit contendo 02 (dois) microfones sem fio, 01 (um) receptor, 01 (um) cabo de conexão, 01 (uma) fonte e 01 (um) manual do usuário.</p>	VOKAL VWS20	R\$ 449,90	R\$ 899,80

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes,

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:45:25 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 899,80 (oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:45:38 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Do prazo, duração, condições e local de entrega
O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO
AUGUSTO

NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Data: 2022.07.11 13:45:46
+03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.806.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:45:56 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:47:05 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho 2022.

NELTON
BRUM:84050
209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:42:55 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104

Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:42:16 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ANTONIO AUGUSTO NETO:31299563104
Assinado de forma digital por
ANTONIO AUGUSTO
NETO:31299563104
Dados: 2022.07.11 13:47:24 -03'00'

CONNECTGOV LTDA
(Antônio Augusto Neto)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.



OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras - PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: CONNECTGOV LTDA.

VALOR: R\$ 899,80 (oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 11 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **S. C. TURQUINO MACKERT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.654.502/0001-15, estabelecida na Praça Santa Cruz, 1370, Centro, São Jorge do Ivaí – PR., neste ato representado por sua sócia proprietária Sra. **Soraia Cristina Turquino Mackert**, brasileira, divorciada, empresária, portadora do RG nº 4.995.521-9 SESP/PR e CPF nº 897.252.399-20, residente e domiciliada na Praça Santa Cruz, 1370, Centro, São Jorge do Ivaí – PR., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
28	03	Unid.	Placa sinalizadora "piso molhado" tipo tripé. Confeccionada em plástico polipropileno (PP), com a escrita "cuidado, piso molhado" em ambos os lados (escrita em português). A estampa deve ser fundida ao material da placa (não deve ser adesivo colado). Placa na cor amarela e escrita em preto e/ou vermelho. Medidas aproximadas: 60 cm de altura x 30 cm largura x 35 cm de profundidade.	TECABSOLUT	R\$ 69,00	R\$ 207,00
34	02	Unid.	Leitor de código de barras de mão com suporte. Sensor óptico linear com sensor CCD. Possuir LED visível vermelho. Padrão de digitalização 1 D. Cabo USB com mínimo 150 cm. Pode ser utilizado manualmente ou fixo no suporte. Possuir garantia mínima de 03 meses.	KP 1017 KNUF	R\$ 194,00	R\$ 388,00
35	04	Unid.	CELULAR – Smartphone. Especificações mínimas exigidas: Tela HD de 6,0" ou superior. Memória interna de 128 GB ou superior. Memória RAM de 4 GB ou superior. Sistema operacional Android. Processador Octa-core. Dual Chip. Câmera traseira tripla sendo a principal de 48 MP ou superior. Câmera frontal de 13 MP ou	SMARTPHONE PHILCO HIT P10	R\$ 1.198,00	R\$ 4.792,00

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

SORAIA CRISTINA
TURQUINO
MACKERT:89725239920Assinado de forma digital por
SORAIA CRISTINA TURQUINO
MACKERT:89725239920
Dados: 2022.07.08 09:23:29 -05'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			superior. Conexões: wi-fi, 3G, 4G e 5G. Slot para cartão SD. Bateria de alto desempenho. Bivolt. Produto novo com 12 meses de garantia. Conteúdo da embalagem: 01 celular, 01 carregador, 01 cabo USB, 01 extrator de chip, 01 manual do usuário.			
--	--	--	---	--	--	--

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 5.387,00 (cinco mil e trezentos e oitenta e sete reais)**. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAÚDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Do prazo, duração, condições e local de entrega
O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

SORAIA CRISTINA
TURQUINO
MACKERT:897252
39920
Assinado de forma digital
por SORAIA CRISTINA
TURQUINO
MACKERT:89725239920
Dados: 2022.07.08
09:26:02 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das

SORAIA CRISTINA
TURQUINO
MACKERT:89725239920

Assinado de forma digital por
SORAIA CRISTINA TURQUINO
MACKERT:89725239920
Data: 2022.07.08 09:24:12
+03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"Prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"Prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **"Prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

NELTON
BRUM:8405
0209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.07.07
08:43:39 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

**SORAIA CRISTINA
TURQUINO
MACKERT:89725239920**

Assinado de forma digital por
SORAIA CRISTINA TURQUINO
MACKERT:89725239920
Dados: 2022.07.08 09:25:18 -03'00'

S. C. TURQUINO MACKERT
(Soraia Cristina Turquino Mackert)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.



OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: S. C. TURQUINO MACKERT.

VALOR: R\$ 5.387,00 (cinco mil e trezentos e oitenta e sete reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de Julho de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - SRP

Que entre si celebram **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Nilton Brum, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR e de outro lado a Empresa **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 24.675.507/0001-03, estabelecida na Rua Cecílio Rodrigues, nº 136, Seminário, Taió – SC., neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. **Diego Luiz Martinelli**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 5.529.458 e CPF nº 092.102.009-00, residente e domiciliada na Rua João Sotopietra, nº 204, Bairro Victor Konder, Taió – SC., com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL DO ITEM
33	01	Unid.	<p>Refrigerador (geladeira) Frost Free, 02 portas, com dispenser de água na porta.</p> <p>Capacidade total mínima 334 litros.</p> <p>Frost Free, não acumula gelo nas paredes do congelador permitindo refrigerar de maneira homogênea e não exige que a geladeira seja descongelada.</p> <p>Possuir dispenser de água externo.</p> <p>Iluminação interna automática ao abrir a porta. Todas as prateleiras internas, inclusive da porta devem ser removíveis para facilitar a higienização. Prateleiras da geladeira em vidro temperado e com opções de regulagem de altura. Gavetas da porta em Plástico. Possuir porta laticínios, porta ovos e gavetão para frutas e legumes.</p> <p>Freezer na parte superior com 02 prateleiras na porta, uma prateleira de vidro temperado, e formas de gelo suspensas, todos removíveis.</p> <p>Controle de temperatura externo digital (Touch) com 03 níveis de temperatura mais opção turbo. Pés niveladores.</p> <p>Cor: Branca ou inox.</p> <p>Possuir selo Procel "A".</p> <p>Voltagem 110 V.</p> <p>Garantia de 12 meses.</p>	CONSUL CRM-39	R\$ 3.269,90	R\$ 3.269,90

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DIEGO LUIZ
MARTINELLI:0
9210200900

Assinado eletronicamente
por DIEGO LUIZ
MARTINELLI:0200900
Data: 2022.07.08 08:26:10
-03 00

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 028/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 3.269,90 (três mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos)**. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) da seguinte forma:

SECRETARIA DE SAUDE - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS; conforme repasse do Governo Estadual através do programa de Incentivo a Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Programa do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema da Assistência Social - IGD/SUAS e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) com Recursos Próprios os quais serão pagos entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos federais/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do Ata será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, nas dependências da Secretaria solicitante, conforme previsto no Termo de Referência.

DIEGO LUIZ
Assinado de forma digital
por DIEGO LUIZ
MARTINELLI:0
9210200900
Dados: 2022.07.08
08:26:34 -0'00



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Segundo: Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede do município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Terceiro: Os produtos a serem fornecidos deverão estar com o prazo de mínimo de validade.

Parágrafo Quarto: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	350	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.12.361.0006.1034	107	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	1402	05.001.12.361.0006.1034	102	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2030	06.002.10.301.0007.1048	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2040	06.002.10.301.0007.1048	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2041	06.002.10.301.0007.1048	518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2042	06.002.10.301.0007.1048	5181	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2043	06.002.10.301.0007.1048	5182	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	2970	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3970	09.002.08.244.0012.1084	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3981	09.002.08.244.0012.1084	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das
DIEGO LUIZ Assinado de forma
MARTINELLI:0 digital por DIEGO LUIZ
9210200900 MARTINELLI:0921020090
08:26:46 - 03/00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pela Sra. Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

DIEGO LUIZ
MARTINELLI:0
9210200900

Assinado de forma digital
por DIEGO LUIZ
MARTINELLI:09210200900
Dados: 2022.07.08
08:26:57 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **"Prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"Prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2022.

DIEGO LUIZ
MARTINELLI:
09210200900

Assinado de forma
digital por DIEGO LUIZ
MARTINELLI:09210200
900
Dados: 2022.07.08
08:27:07 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



NELTON
BRUM:84050
209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Data: 2022.07.07
08:45:51 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

DIEGO LUIZ
MARTINELLI:0
9210200900

Assinado de forma digital
por DIEGO LUIZ
MARTINELLI:09210200900
Dados: 2022.07.08
08:27:16 -03'00'

MICROFORT INFORMÁTICA LTDA
(Diego Luiz Martinelli)
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022.

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares) junto ao Município de São José das Palmeiras – PR, para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação Cultura e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Obras, Urbanismo e Transportes, todas do Município de São José das Palmeiras-PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA.

VALOR: R\$ 3.269,90 (três mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 07 de Julho de 2023.

São José das Palmeiras, em 08 de Julho de 2022.



NELTON BRUM
Prefeito Municipal